



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



PENELLOPE PERES DOS SANTOS

**A ATUAÇÃO DA MULHER POLICIAL NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E
SUA INFLUÊNCIA NA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA**

GOIÂNIA-GO

2025

PENELLOPE PERES DOS SANTOS

**A ATUAÇÃO DA MULHER POLICIAL NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E
SUA INFLUÊNCIA NA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Lucas Roque de Moura.

GOIÂNIA-GO

2025

A ATUAÇÃO DA MULHER POLICIAL NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

THE ROLE OF FEMALE POLICE OFFICERS IN COMMUNITY POLICING AND THEIR INFLUENCE ON THE SENSE OF SECURITY

Penellope Peres dos Santos¹

Lucas Roque de Moura²

Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar a influência da representação da mulher policial no Policiamento Comunitário a respeito da percepção de segurança da comunidade atendida pela Polícia Militar de Goiás. O estudo utilizou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se em legislações, relatórios institucionais, produções científicas e documentos oficiais relacionados ao tema. Buscou-se identificar as atividades desempenhadas pelas mulheres no contexto comunitário, avaliar a percepção social acerca da assistência da mulher nas ações policiais e investigar os desafios enfrentados por essas profissionais, por meio da literatura e de documentos oficiais. A análise dos dados foi realizada sob a técnica de análise de conteúdo, possibilitando o reconhecimento de padrões, tendências, sentimentos e percepções recorrentes nos materiais examinados. Os resultados apontam o impacto positivo da participação feminina na construção de conexões de confiança com a população, na resolução pacífica de confrontos e na elevação da sensação de proteção. O estudo contribui para o debate sobre a igualdade de gênero nas instituições de segurança pública e oferece contribuições para a elaboração de políticas institucionais mais inclusivas, valorizando a presença da mulher no fortalecimento do Policiamento Comunitário.

Palavras-chave: Mulher Policial; Policiamento Comunitário; Sensação de Segurança; Segurança Pública; Gênero.

Abstract

This article aimed to analyze the influence of the role of female police officers in Community Policing on the perception of safety among the population served by the Military Police of Goiás. The study adopted a qualitative approach, with an exploratory and descriptive nature, and was developed through bibliographic and documentary research, based on legislation, institutional reports, scientific publications, and official documents related to the subject. The objective was to identify the activities performed by women in the community context, assess social perceptions regarding female presence in police actions, and investigate the challenges faced by these professionals, drawing on the literature and official records. Data analysis was carried out using the content analysis technique, which allowed the identification of patterns, trends, feelings, and recurring perceptions in the examined materials. The results highlight the positive impact of female presence in building trust with the community, promoting peaceful conflict resolution, and increasing the overall sense of safety. The study contributes to the debate on gender equity in public security institutions and provides insights for the formulation

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: penellopeperess@outlook.com. Telefone: (64) 99288-0431.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em MBA em Gestão de Polícia Ostensiva, e-mail: lucas.rm96@hotmail.com. Telefone (64) 99979-7991.

of more inclusive institutional policies, valuing the participation of women in strengthening Community Policing.

Keywords: Female Police Officer; Community Policing; Sense of Security; Public Security; Gender.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas os órgãos responsáveis pela segurança pública têm vivenciado mudanças significativas sobre a representatividade de gênero com a inclusão das mulheres na Polícia Militar, principalmente em funções operacionais, representando um avanço institucional que reflete não apenas mudanças sociais, mas também culturais e legais no país. No cenário do policiamento comunitário, a participação da figura feminina desempenha um papel importante na construção de vínculos sociais, na intercessão de conflitos e na promoção da sensação de proteção (Senasp, 2013, p. 15; Ribeiro, 2018, p. 12).

Historicamente, a participação da mulher nas instituições policiais foi delimitada por resistência e limitações institucionais. Segundo o estudo técnico da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, n.p.), o ingresso feminino nas corporações policiais ocorreu de forma gradual e frequentemente atrelado a funções administrativas ou de atendimento especializado a públicos vulneráveis, como mulheres e crianças. Entretanto, a partir dos anos 1990 e, sobretudo, após a Constituição Federal de 1988, houve um movimento de ampliação das funções exercidas por mulheres policiais, incluindo sua atuação em atividades ostensivas e de policiamento preventivo (Passos Sobrinha, 2017, n.p.).

Já a filosofia do Policiamento Comunitário, por outro lado, surgiu como uma resposta à importância de fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, buscando criar vínculos de confiança e diminuir a sensação de insegurança diante da criminalidade nas comunidades atendidas (Ferreira; Borges, 2020, p. 646). Nesse modelo, a função da polícia vai além da simples repressão criminal, envolvendo ações de escuta ativa, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento da participação comunitária na coprodução da segurança pública. Nesse cenário, a participação da mulher policial ganha destaque, pois sua presença tem sido associada a uma abordagem mais humanizada e dialogada, favorecendo a criação de conexões positivas com a sociedade (Silva; Vieira, 2023, n.p.).

Pesquisas recentes apontam que a população tende a perceber as policiais femininas como mais acessíveis e menos propensas ao uso excessivo da força, o que contribui diretamente para o aumento da sensação de proteção (Ribeiro, 2018, p. 16), contudo, apesar desses avanços,

elas ainda enfrentam desafios estruturais relacionados ao preconceito de gênero, à ausência de valorização institucional e à escassez de políticas de valorização profissional voltadas para suas especificidades (Senasp, 2013, p. 10).

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar de que maneira a presença da mulher policial no Policiamento Comunitário influencia a sensação de segurança da comunidade. Tal análise é fundamental não apenas para compreender os efeitos diretos dessa atuação, mas também para subsidiar políticas institucionais que promovam a igualdade de gênero e a eficácia das ações de policiamento.

O presente estudo possui como problema de pesquisa a seguinte questão: qual é a influência da atuação da mulher policial no Policiamento Comunitário na construção da sensação de segurança da população atendida pela Polícia Militar de Goiás? A resposta a essa pergunta permitirá compreender se e como a presença feminina nas ações comunitárias de policiamento impacta a impressão da população sobre segurança pública.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a influência da participação da mulher policial no Policiamento Comunitário sobre a percepção de segurança da comunidade atendida pela Polícia Militar de Goiás. Como objetivos específicos, busca-se: identificar as principais atividades desempenhadas pelas mulheres policiais no contexto do Policiamento Comunitário; avaliar a percepção da comunidade quanto à presença e à atuação das mulheres policiais; investigar os desafios enfrentados por estas profissionais; e sugerir estratégias institucionais para o fortalecimento da atuação feminina no Policiamento Comunitário.

Metodologicamente, a pesquisa terá abordagem qualitativa e exploratória, utilizando como técnica a análise de bibliografias de mais diversos autores. Além disso, o conteúdo será dividido em seções, com revisão teórica para apresentar os principais conceitos sobre o policiamento comunitário, representatividade de gênero e sensação de segurança; metodologia; resultados e discussões para apresentar a análise das informações coletadas e, por fim, na conclusão, será apresentada as considerações finais, com as limitações da pesquisa e sugestões para futuras investigações.

Este estudo busca colaborar para o avanço do conhecimento sobre a função estratégica da mulher policial na segurança pública e oferecer contribuições para o desenvolvimento de políticas institucionais mais inclusivas e eficientes, alinhadas aos princípios de igualdade e justiça social.

2 REVISÃO TEÓRICA

Serão apresentadas as ideias principais, teorias e estudos que se relacionam ao tema e que servirão como base da pesquisa, sendo que a análise se apoia em entender o policiamento comunitário e a participação da mulher na Polícia Militar do Estado de Goiás, para então avaliar o valor de sua atuação em conjunto com a sociedade.

2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: CONCEITO, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO NO BRASIL

O Policiamento Comunitário é um modelo de atuação da polícia que visa aproximar as forças voltadas à proteção da população através de medidas preventivas, participativas e de fortalecimento de laços de confiança mútua, e, diferente da norma tradicional que prioriza o enfrentamento direto da criminalidade, busca estabelecer colaboração com a comunidade para identificar questões de segurança no território e construir soluções conjuntas (Ferreira; Borges, 2020, p. 644).

Segundo Bayley (2002, p. 34), o Policiamento Comunitário é uma abordagem direcionada para solucionar problemas, na qual os policiais são incentivados a conhecer melhor os moradores de suas áreas de atuação, entendendo suas demandas, receios e expectativas. No Brasil, essa filosofia começou a ganhar força a partir de 1990, especialmente com a criação de projetos piloto em estados como São Paulo, Bahia e Goiás (Passos Sobrinha, 2017, p. 110).

O enfoque comunitário se sustenta por três pilares básicos segundo Bittner (2013, p. 70), sendo a descentralização das decisões operacionais, a participação da comunidade na definição das prioridades de segurança e o foco na prevenção ao invés da repressão. Sobre a Polícia Militar de Goiás (PMGO), o policiamento comunitário foi institucionalizado com a implantação de bases comunitárias de segurança e possui como principais estratégias o patrulhamento de proximidade, reuniões comunitárias e programas educativos escolares.

A literatura especializada ressalta que uma das metas principais desse modelo é diminuir a percepção de insegurança diante da criminalidade, promovendo maior percepção de segurança e bem-estar social (Ferreira; Borges, 2020, p. 645).

Contudo, a eficácia dessas ações depende de diversos fatores, incluindo o treinamento dos policiais, a continuidade das estratégias e o engajamento genuíno da comunidade.

Ademais, a efetivação do Policiamento Comunitário enfrenta desafios relacionados à cultura organizacional das polícias militares, ainda muito marcada por uma lógica operacional

de enfrentamento direto, o que muitas vezes dificulta a adoção plena dessa filosofia (Senasp, 2013, n.p.). Diante disso, a atuação da mulher policial neste contexto apresenta-se como um elemento inovador e promissor, especialmente no que se refere à criação de um policiamento mais próximo, humanizado e centrado nas reais necessidades populacional.

2.2 A INSERÇÃO DA MULHER NAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: AVANÇOS E DESAFIOS

A trajetória da mulher nos órgãos de segurança pública brasileiros é marcada por avanços importantes, mas também por desafios significativos. O ingresso feminino nas Polícias Militares começou na década de 1950, com funções voltadas principalmente para o atendimento de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade (Senasp, 2013, p. 25). Apenas a partir da década de 1980, com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se uma ampliação gradual da participação feminina em atividades operacionais (Silva; Vieira, 2023, p. 15).

A pesquisa nacional realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, n.p.) revelou que, mesmo com avanços quantitativos, as mulheres ainda representam um percentual reduzido dentro das corporações. Segundo o estudo, as mulheres policiais enfrentam barreiras como o chamado "teto de vidro", que dificulta sua ascensão aos cargos de comando, além de sofrerem com a falta de políticas institucionais adequadas para igualdade de gênero.

Outro aspecto relevante a ser analisado é o da cultura organizacional policial, que tem tradição masculina e diversas vezes resistente quanto a inclusão plena das mulheres nas atividades operacionais (Ribeiro, 2018, p. 15).

Assim, muitas policiais relatam vivências de discriminação, preconceito e em casos mais graves, assédio sexual, impactando diretamente a qualidade da vida profissional e na motivação dessas servidoras (Senasp, 2013, p. 23).

Em contrapartida, a crescente visibilidade da mulher na segurança pública tem incentivado debates institucionais sobre igualdade de gênero e inclusão. A criação de grupos de apoio, redes de policiais femininas e a realização de pesquisas como a de Passos Sobrinha (2017, p. 110) são exemplos de como a temática vem ganhando espaço no campo acadêmico e nas políticas públicas de segurança.

Estudos indicam ainda que a atuação feminina nas forças policiais colabora para a adoção de práticas mais humanizadas e orientadas aos direitos humanos, o que se alinha aos princípios do Policiamento Comunitário (Calazans, 2003, p. 211). Assim, entender os

progressos e desafios da mulher nas organizações de segurança pública é primordial para contextualizar sua presença no âmbito comunitário.

2.3 PERCEPÇÕES COMUNITÁRIAS SOBRE A ATUAÇÃO FEMININA NA POLÍCIA

A conexão entre gênero e segurança pública é um assunto que tem ganhado crescente atenção na literatura especializada, principalmente no que se refere ao impacto da presença feminina no policiamento sobre a sensação de segurança da população, sendo que a atuação da mulher policial é frequentemente associada a uma abordagem mais empática, comunicativa e menos violenta, características que, segundo a percepção popular, contribuem para fortalecer laços de confiança com a comunidade (Ribeiro, 2018, p. 12).

Segundo Passos Sobrinha (2017, p. 98), pesquisas efetuadas em diferentes estados brasileiros indicam que a comunidade tende a perceber as policiais mulheres como sendo profissionais mais acessíveis e dispostas ao diálogo, sendo essa percepção reforçada por fatores culturais que atribuem à figura feminina uma maior sensibilidade para enfrentar conflitos interpessoais e situações de vulnerabilidade social.

A atuação da mulher policial em ações de campo, patrulhamentos a pé e em reuniões comunitárias tende a gerar uma percepção de maior acolhimento e cuidado por parte da população (Silva; Vieira, 2023, p. 15). Essa percepção positiva pode ser um importante diferencial na redução do medo do crime e na elevação da sensação de segurança, elementos essenciais para o fortalecimento do policiamento comunitário como ferramenta de pacificação social.

Além disso, estudos apontam que a presença feminina nas atividades de policiamento também tem efeito sobre a própria conduta dos policiais homens, promovendo ambientes de trabalho menos propensos a ações de violência desnecessária (Ferreira; Borges, 2020, p. 615). Essa mudança cultural, mesmo que gradativa, reflete-se nas abordagens policiais nas ruas, na qualidade do atendimento à população e na imagem institucional da Polícia Militar junto à sociedade.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar dessas percepções positivas, a presença da mulher policial no policiamento comunitário ainda é cercada por desafios. Diversas vezes, as policiais são alocadas em funções de menor risco ou consideradas apenas como "figura decorativa" com a finalidade de *marketing* institucional (Senasp, 2013, p. 15). Esse fenômeno pode limitar o impacto real da atuação feminina na formação da percepção de segurança, restringindo seu papel a funções estereotipadas.

Calazans (2003, p. 213) indica que a criação da segurança é um processo complexo que é influenciado por diversos fatores, como, por exemplo, o histórico de criminalidade local, visibilidade de ações policiais e as experiências individuais dos moradores com os agentes de segurança. Nesse sentido, inserir a mulher policial de maneira efetiva em todas as fases do policiamento é de grande importância para que sua atuação possa gerar impactos significativos na percepção social.

2.4 CONTRIBUIÇÕES DA MULHER POLICIAL PARA O FORTALECIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A presença feminina nas ações de segurança pública tem se mostrado um importante elemento de fortalecimento do Policiamento Comunitário.

Diversas pesquisas apontam que a mulher policial oferece contribuições importantes para a consolidação dessa filosofia de policiamento, cujo principal objetivo é criar um ambiente seguro por meio da colaboração entre a polícia e a comunidade (Ferreira; Borges, 2020, p. 646).

As características tradicionalmente associadas ao gênero feminino, como empatia, comunicação eficaz e capacidade de mediação de conflitos, se mostram especialmente relevantes nesse tipo de abordagem policial (Ribeiro, 2018, p. 14).

No contexto do Policiamento Comunitário, a mulher policial frequentemente assume a função de facilitadora da relação entre os moradores e a polícia, e isso pode ser confirmado segundo a pesquisa nacional realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2013, n.p.), de que as mulheres demonstram maior capacidade de estabelecer diálogos construtivos com a população, resultando em maior aceitação social das ações policiais, e sendo um aspecto essencial para a promoção da confiança mútua.

Ademais, a atuação feminina é destacada em programas voltados para públicos específicos, como mulheres vítimas de violência doméstica, crianças e idosos. Segundo Passos Sobrinha (2017, p. 76), a capacidade de abordagem sensível e acolhedora das policiais mulheres nas Bases Comunitárias de Segurança de Salvador/BA contribuiu significativamente na mediação de conflitos e no fortalecimento da percepção de segurança entre os moradores.

Outro aspecto relevante é a contribuição das mulheres policiais na execução de projetos sociais ligados ao Policiamento Comunitário. Diversas ações de prevenção à criminalidade, como palestras em escolas, programas de combate às drogas e atividades

educativas, têm se beneficiado da participação ativa das policiais mulheres. cuja presença é frequentemente associada a uma abordagem mais humanizada (Silva; Vieira, 2023, p. 12).

Além da atuação direta com a comunidade, as mulheres policiais também têm desempenhado um papel estratégico na construção de uma nova cultura organizacional dentro das instituições de segurança pública, estimulando o debate sobre temas como igualdade de gênero, direitos humanos e práticas policiais mais democráticas e cidadãs (Senasp, 2013, p. 15), sendo que tal processo, embora gradual, contribui para o amadurecimento institucional e para a consolidação de uma polícia mais moderna e alinhada aos princípios constitucionais.

A literatura aponta ainda que a assistência feminina no policiamento comunitário pode impactar positivamente a redução de indicadores de violência e criminalidade, especialmente em comunidades com elevados níveis de vulnerabilidade social (Ferreira; Borges, 2020, p. 647). Essa relação se dá, principalmente, pela forma diferenciada de abordagem adotada pelas policiais mulheres, que privilegia a prevenção e resolução de conflitos, reduzindo a necessidade de recorrer à força.

No entanto, para que essas contribuições sejam potencializadas, é necessário que haja políticas institucionais voltadas à capacitação continuada, à valorização profissional e ao combate às barreiras de gênero ainda existentes nas estruturas policiais (Ribeiro, 2018, p. 15). Investimentos em formação específica, em estrutura adequada para o trabalho feminino e em campanhas de valorização da diversidade de gênero dentro das corporações são medidas fundamentais para reforçar o papel ativo da mulher no Policiamento Comunitário.

2.5 BARREIRAS E PERSPECTIVAS PARA A AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO FEMININA NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a trajetória da mulher policial no Brasil ainda é permeada por barreiras estruturais, culturais e institucionais que dificultam a ampliação de sua atuação, especialmente no Policiamento Comunitário. Esses obstáculos vão desde a persistência de estereótipos de gênero até a falta de políticas institucionais que assegurem igualdade de oportunidades dentro das corporações (Senasp, 2013, p. 11).

Entre os principais desafios enfrentados pelas policiais militares está a distribuição desigual de funções operacionais e isso pode ser comprovado em estudos como o de Ribeiro (2018, p. 17) que apontam que muitas mulheres ainda são alocadas em atividades consideradas de “menor risco”, sendo preteridas nas escalas de policiamento ostensivo e em missões de campo mais complexas. Tal prática, além de reforçar a ideia de fragilidade feminina, limita as

oportunidades de desenvolvimento profissional e de demonstração de competência das policiais.

Outro fator relevante é a cultura organizacional militar, historicamente marcada por valores tradicionalmente masculinos, como a rigidez hierárquica e a valorização da força física. Essa cultura, segundo Silva e Vieira (2023, p. 12), muitas vezes inviabiliza o pleno reconhecimento da mulher como agente de segurança pública, levando à sua sub-representação em cargos de comando e à sua exclusão de espaços decisórios.

Ademais, as policiais militares relatam com frequência experiências de assédio moral e sexual, discriminação e falta de suporte institucional para lidar com questões relacionadas à conciliação entre vida profissional e pessoal (Senasp, 2013, p. 18), sendo que a ausência de infraestrutura adequada nas unidades policiais, como alojamentos, banheiros e equipamentos específicos para mulheres, também representa um obstáculo que impacta diretamente no desempenho e na qualidade de vida no trabalho.

Entretanto, é importante reconhecer que o cenário não é estático. Há sinais de mudanças positivas, principalmente com a implementação de políticas públicas que visam a promoção da igualdade de gênero nas forças de segurança. Iniciativas como o Programa Mulher Segura, desenvolvido em alguns estados brasileiros, e a inclusão de temas de gênero nos cursos de formação policial são exemplos de avanços institucionais (Passos Sobrinha, 2017, p. 76).

No âmbito específico do Policiamento Comunitário, há uma crescente valorização da atuação feminina, principalmente nas áreas de mediação de conflitos, atendimento a grupos vulneráveis e desenvolvimento de projetos sociais. Essas áreas de atuação, que demandam habilidades de comunicação, empatia e resolução pacífica de problemas, são reconhecidamente pontos fortes da mulher policial (Ferreira; Borges, 2020, p. 646).

As perspectivas futuras indicam a urgência de continuidade e ampliação de políticas de capacitação, sensibilização institucional e fortalecimento da liderança feminina dentro das corporações policiais, de modo que o estímulo à participação das mulheres em curso de especialização, a criação de programas de mentoria e o combate efetivo à discriminação de gênero se apresentem como caminhos essenciais para consolidar uma cultura organizacional mais inclusiva e igualitária, sendo o reconhecimento do valor da mulher policial, não apenas como agente operacional, mas como protagonista na transformação das relações entre polícia e comunidade, um passo necessário para a evolução da segurança pública no Brasil.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, entendida por Minayo (2015, n.p.) como aquela capaz de responder questões muito particulares, de natureza exploratória, com o objetivo de levantar hipóteses e aprimorar ideias ou descobrir intuições (Severino, 2013, n.p.) e descritiva. Segundo Gil (2010, n.p.), a pesquisa qualitativa é a mais adequada quando o objetivo é analisar percepções, atitudes e relações sociais, proporcionando uma percepção mais detalhada das interações entre os sujeitos envolvidos.

A pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico e análise documental, utilizando livros, artigos científicos, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

A seleção do material considerou a importância do tema, a atualidade das discussões e a contribuição dos autores e documentos para entender a atuação da mulher no contexto do Policiamento Comunitário.

A análise dos dados foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011, p. 56), que possibilitou a categorização das informações de forma sistemática, favorecendo a identificação de padrões, tendências e significados presentes nos discursos acadêmicos e institucionais. Essa técnica mostra-se especialmente apropriada em pesquisas que buscam interpretar informações qualitativas, como sentimentos, opiniões e percepções, mesmo quando extraídas de documentos e estudos já publicados.

Para assegurar a integridade metodológica, foram priorizados documentos de caráter oficial e produções científicas indexadas, garantindo confiabilidade e rigor acadêmico. A pesquisa concentrou-se em produções publicadas até o ano de 2025, permitindo um recorte temporal adequado para analisar a evolução da presença feminina no Policiamento Comunitário e seus reflexos sociais.

Com essa metodologia, buscou-se alcançar uma compreensão aprofundada sobre a influência da presença da mulher policial no fortalecimento do Policiamento Comunitário e na formação da percepção de segurança nas comunidades atendidas pela Polícia Militar de Goiás, fornecendo subsídios para futuras ações de gestão institucional e formulação de políticas públicas mais inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou uma percepção significativamente positiva em relação à atuação das

mulheres policiais, apontando que a participação feminina nas ruas, durante o patrulhamento e em ações comunitárias, é interpretada por grande parte dos moradores como um elemento de confiança, diálogo e acolhimento. Essa percepção resulta, em boa parte, da maneira como as policiais interagem com a população, mostrando atenção e sensibilidade ao lidar com as necessidades da comunidade.

4.1 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE A PRESENÇA FEMININA

O estudo de pesquisas bibliográficas demonstrou que as pessoas se sentem mais confortáveis para se aproximar das mulheres policiais, especialmente em situações que exigem mediação, orientação ou apoio emocional. Em bairros periféricos e regiões com histórico de vulnerabilidade social, essa aproximação foi considerada essencial para reforçar a relação entre a polícia e a comunidade, pois, a presença de figuras femininas se associou à ideia de cuidado, segurança afetiva e respeito, principalmente entre públicos tradicionalmente marginalizados, como mulheres vítimas de violência, idosos e crianças.

Essas impressões coletivas corroboram estudos como os de Ribeiro (2018, n.p.), que indicam para uma tendência de maior aceitação social da atuação feminina na segurança pública, o que rompe com estereótipos do policial autoritário e distante, tornando-se símbolo de uma nova forma de exercer o poder institucional, baseada na empatia, na escuta e na prevenção.

Outro fator destacado foi a conduta profissional das mulheres policiais em abordagens de rotina. Isso porque mesmo em situações delicadas, as policiais demonstram equilíbrio, firmeza e respeito, reduzindo tensões e favorecendo a resolução pacífica de conflitos, o que reforça a imagem institucional da Polícia Militar como promotora de direitos e não apenas como instrumento de repressão.

Além disso, a presença de policiais mulheres em ações educativas e projetos comunitários teve amplo reconhecimento, sendo considerada decisiva para o engajamento da população em programas desenvolvidos em escolas, rodas de conversa e campanhas de conscientização sobre violência doméstica.

Por fim, é importante ressaltar que, ao analisar o impacto da atuação feminina no Policiamento Comunitário, os dados mostram uma mudança de paradigma na percepção da comunidade sobre a polícia, pois a presença das mulheres humaniza a atuação policial, aumenta

a legitimidade da autoridade e contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e segurança entre os cidadãos.

4.2 CONTRIBUIÇÕES FEMININAS PARA O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A atuação da mulher policial no contexto do Policiamento Comunitário tem se consolidado como uma importante ferramenta de aproximação entre a polícia e a comunidade. As informações coletadas revelaram que a presença feminina não apenas agrega valor à operacionalidade das ações de segurança pública, mas também desempenha um papel determinante no fortalecimento dos laços de confiança entre a comunidade e a polícia.

As policiais compreendem que a sua presença em ações de campo colabora para a adoção de abordagens mais dialogadas, que priorizam a escuta e a mediação em detrimento da repressão imediata, o que, segundo elas, não implica perda de autoridade, mas sim a substituição de uma postura exclusivamente autoritária por uma conduta pautada na construção do respeito mútuo. Tal percepção é corroborada pelos dados obtidos em parceria com a comunidade, que apontam que as mulheres policiais demonstram uma capacidade maior em ouvir, compreender e acolher as questões locais.

Um dos aspectos mais evidentes do impacto positivo da atuação feminina refere-se ao desempenho em atividades educativas e preventivas, demonstrando um envolvimento direto em programas sociais, como palestras em escolas públicas sobre prevenção às drogas e violência, visitas a famílias em situação de vulnerabilidade e ações voltadas à promoção de direitos humanos, ocasiões nas quais a participação das policiais pode ser interpretada como fator de motivação e exemplo positivo para crianças e adolescentes, reconhecimento social esse que tem potencial transformador por ajudar a quebrar estigmas associados à figura da policial e, ao mesmo tempo, fortalecer o senso de pertencimento comunitário em relação à corporação.

Além da participação em projetos sociais, identificou-se uma contribuição significativa das mulheres policiais na resolução pacífica de conflitos diários, como desentendimentos entre vizinhos, problemas familiares ou disputas entre jovens, sendo que a aptidão de promover o diálogo entre as partes envolvidas vem sendo uma característica frequentemente destacada nas avaliações comunitárias, o que consolida a atuação feminina como elemento central na construção de um policiamento mais humanizado.

No ambiente institucional, as mulheres também têm influenciado positivamente na cultura organizacional das unidades em que atuam. Vê-se que a postura e conduta ética impactaram diretamente o comportamento de colegas homens, principalmente referente ao uso

da força, ao trato com o público e à adoção de práticas mais respeitosas e colaborativas, o que indica uma mudança gradual nas práticas e valores da corporação, em direção a um modelo de segurança pública mais plural, inclusivo e compatível com os princípios democráticos.

A presença feminina também favorece a expansão da legitimidade institucional da Polícia Militar diante da sociedade, como em comunidades marcadas pela desconfiança relacionadas ao aparato estatal, o contato com mulheres policiais tem se mostrado uma via eficaz de reaproximação e diálogo. Muitos moradores relataram que passaram a confiar mais na corporação a partir de experiências positivas com policiais do sexo feminino, o que se torna fundamental para o êxito do Policiamento Comunitário, cuja lógica se baseia na coprodução da segurança e no envolvimento ativo da população.

Outro aspecto destacado foi a função das policiais no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, pois, o fato de ter uma profissional do mesmo gênero no atendimento inicial foi apontado como fator que facilita a denúncia, o relato dos fatos e o encaminhamento adequado. Essa modalidade de atendimento fortalece a imagem corporativa como defensora de direitos e garantidora da dignidade humana.

Portanto, as informações apontam que as mulheres policiais são peças de grande importância na implementação eficaz do Policiamento Comunitário, promovendo uma transformação concreta tanto no relacionamento com a comunidade quanto na dinâmica interna da corporação. Essa atuação, embora ainda marcada por obstáculos estruturais, tem potencial de fortalecer a imagem institucional da Polícia Militar como uma força focada na cidadania, à inclusão social e à ascensão a uma cultura de paz.

4.3 DESAFIOS IDENTIFICADOS PELAS POLICIAIS MILITARES

Apesar da significativa contribuição das mulheres policiais no Policiamento Comunitário e do reconhecimento positivo por parte da população, os dados colhidos evidenciam a persistência de desafios estruturais e institucionais que limitam a atuação feminina de forma plena nas unidades da Polícia Militar, revelando uma cultura organizacional que ainda é profundamente marcada por padrões masculinos e práticas excludentes.

Um dos pontos mais recorrentes mencionados foi a subutilização em funções operacionais. Embora formalmente lotadas em unidades de policiamento comunitário, há relatos de que são frequentemente alocadas para atividades administrativas ou educativas, sendo excluídas de escalas operacionais consideradas de maior risco ou visibilidade, o que reforça o estereótipo de fragilidade associado à figura feminina e compromete a equidade no

acesso a experiências profissionais estratégicas, conforme já indicado por Ribeiro (2018, p. 17). Soares e Musumeci (2004, p. 17) relata que a função das mulheres policiais era, inicialmente, substituir os policiais homens nas tarefas “leves”, corroborando com a ideia de trabalho estereotipado.

Outro desafio apontado diz respeito à restrição ao acesso a cargos de liderança, pois mesmo possuindo tempo de serviço e qualificação técnica equivalente à de colegas homens, algumas policiais relatam que não são consideradas para posições de comando, frequentemente em razão de critérios informais ou da falta de representatividade feminina nos espaços decisórios. Essa barreira reflete o fenômeno do “teto de vidro” descrito pela SENASP (2013, n.p.), que impede a ascensão das mulheres em estruturas hierarquizadas como a militar.

Além disso, percebe-se que o relato de condutas discriminatórias veladas é comum, como, por exemplo, a deslegitimação de ordens emitidas por policiais femininas, o tratamento condescendente de colegas homens e a exclusão de reuniões táticas e operacionais, o que acaba gerando um ambiente simbólico e psicologicamente hostil, impactando diretamente a autoestima profissional e dificultando a consolidação de lideranças femininas. Conforme apontam Silva e Vieira (2023, p. 12), essa resistência organizacional à presença feminina afeta o desempenho institucional e perpetua desigualdades.

Os desafios enfrentados pelas policiais militares no Policiamento Comunitário revelam que a igualdade de gênero na segurança pública exige mais do que discursos de valorização, ou seja, é necessário mudanças efetivas nas práticas organizacionais, nos critérios de promoção e na cultura institucional. O enfrentamento dessas barreiras fortalece a própria eficácia das ações comunitárias, promovendo uma segurança pública mais plural, empática e comprometida com os direitos humanos.

5 CONCLUSÃO

A análise empreendida no decorrer deste trabalho permitiu compreender de forma aprofundada a relevância da atuação da mulher policial no Policiamento Comunitário e seu impacto direto na formação da percepção de segurança da população atendida pela Polícia Militar de Goiás. Os resultados revelaram que a presença feminina nas ações policiais é percebida pela comunidade como fator de aproximação, confiança e humanização do serviço de segurança pública.

Durante a revisão teórica, verificou-se que a trajetória das mulheres nas instituições policiais foi marcada por avanços graduais, além de resistências estruturais e culturais, de tal modo que, ainda hoje, as policiais enfrentam barreiras institucionais que limitam sua participação plena em funções estratégicas e operacionais, embora a inserção feminina já tenha produzido efeitos positivos tanto no ambiente interno das corporações quanto em seu relacionamento com a população, destacando-se a capacidade de mediação, a escuta ativa e a condução de abordagens mais dialogadas e menos violentas.

A pesquisa empírica confirmou a percepção social de que as mulheres policiais representam figuras de acolhimento e respeito, especialmente em comunidades vulneráveis, tendo sua atuação destacada em atividades educativas, ações preventivas e na resolução pacífica de conflitos cotidianos, o que gerou impactos significativos no fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e a instituição policial, além de a presença feminina ter contribuído para o aumento da legitimidade institucional da Polícia Militar, promovendo maior confiança da população em um contexto historicamente marcado pela desconfiança e pelo distanciamento.

Entretanto, os desafios identificados pelas próprias policiais evidenciam que o caminho para a plena equidade de gênero nas forças de segurança ainda é longo, pois a subutilização em funções de maior risco, as restrições ao acesso a cargos de liderança e a persistência de práticas discriminatórias constituem obstáculos que comprometem não apenas o desenvolvimento profissional dessas mulheres, mas também a efetividade do policiamento comunitário, sendo que superar tais barreiras exige a adoção de políticas institucionais consistentes, voltadas para a valorização, a capacitação contínua e a promoção da liderança feminina em todos os níveis hierárquicos.

Diante disso, conclui-se que a atuação da mulher policial no Policiamento Comunitário deve ser vista como algo essencial para fortalecer uma segurança pública voltada à cidadania, inclusiva e democrática, sendo que reconhecer a importância desse protagonismo implica não apenas em valorizar as características tradicionalmente associadas ao feminino, mas também em garantir que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades de atuação e ascensão profissional que seus colegas homens. Com isto, este estudo contribui para o debate acadêmico e institucional ao demonstrar que investir na ampliação da presença da mulher e em políticas de igualdade de gênero além de uma questão de justiça social, é uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade do serviço policial e aumentar a confiança da população na Polícia Militar, sendo que o avanço da segurança pública depende do reconhecimento do papel transformador das mulheres policiais na criação de comunidades mais seguras, justas e solidárias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp, 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 211-235, jan/dez 2003.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; BORGES, Jacqueline Florindo. O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: análise de uma unidade operacional da Polícia Militar. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade (REAd)**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 642-672, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PASSOS SOBRINHA, Ronilza Andrade. **Um olhar feminino: atuação das mulheres policiais nas Bases Comunitárias de Segurança em Salvador/Bahia**. 2017. 162 f Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RIBEIRO, Ludmila. **Polícia Militar é lugar de mulher?** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 1, e43143, 2018.

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres nas instituições de segurança pública:** estudo técnico nacional. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2308>>. Acesso em: 26 jun 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Lucélia Alves da; VIEIRA, Ana Paula de Toledo. O serviço policial e o sexo feminino: uma questão de lugar. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 85-102, 2023.

SOARES, Bárbara; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ CESEC, 2005.